



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

**CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**SILVIA BEVILACQUA**

**CONCEPÇÕES DE DIFERENÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

LONDRINA  
2009

**SILVIA BEVILACQUA**

**CONCEPÇÕES DE DIFERENÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Pedagogia da Universidade  
Estadual de Londrina.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Simone Moreira de  
Moura.

LONDRINA

2009

**SILVIA BEVILACQUA**

## **CONCEPÇÕES DE DIFERENÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Pedagogia da  
Universidade Estadual de Londrina.

### **COMISSÃO EXAMINADORA**

**Dra. Simone Moreira de Moura**  
Prof. Orientador  
Universidade Estadual de Londrina

**Ms. Luciane Guimarães Batistella  
Bianchini**  
Prof. Componente da Banca  
Universidade Estadual de Londrina

**Ms. Adriana Cristine Dias Locatelli.**  
Prof. Componente da Banca  
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 13 de Novembro de 2009.

## DEDICATÓRIA

*Acima de tudo a Deus, pois tudo o que tenho e que sou é por sua misericórdia.. A minha família e principalmente ao meu irmão Vinicius, que me possibilitou grandes momentos de alegria.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, que é minha luz e meu melhor amigo, por estar sempre presente, direcionando com amor todos os meus passos. A ti Senhor entrego toda a minha gratidão e dedico esse trabalho a Tua glória.

A minha orientadora Simone Moreira de Moura, que com dedicação e perseverança direcionou minha pesquisa,

Às minhas companheiras de faculdade que percorreram comigo todo esse caminho.

Aos meus pais e minha tia que me acompanharam nas horas difíceis dessa jornada e acima de tudo pela compreensão, paciência e estímulo.

Aos meus irmãos, que em diversos momentos e de inúmeras formas, trilharam esse momento comigo.

A todos, muito obrigado.

BEVILACQUA, Silvia. **Concepções de Diferença na Educação Infantil**: 2009. 33 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

## **RESUMO**

O presente trabalho objetivou investigar as concepções de Diferenças na Educação Infantil, tendo como base o Projeto intitulado “Sou criança, sou cidadão” de um Centro de Educação Infantil localizado na região Leste da cidade de Londrina. Para tal, utilizamos como metodologia a pesquisa qualitativa, através de entrevistas semi-estruturadas com 8 perguntas realizadas a 4 professoras e 1 pedagoga. Os resultados apontaram que todos os professores e em geral a instituição acreditam que tal Projeto possibilitou a ruptura de concepções estigmatizantes e preconceituosas, embora algumas atitudes e palavras tenham expressado o contrário. Concluímos que a Educação Infantil é sim um espaço satisfatório para se trabalhar com as diferenças, uma vez que a criança lida de forma mais favorável com a mesma. No entanto, cabe também ao educador o exercício de refletir sobre a temática Diferenças, promovendo a inclusão e não a mera integração de tais pessoas. Caso contrário muito pouco adiantará discutir tal tema na educação infantil, se na prática continuarmos a inculcarmos, mesmo que inconscientemente, atitudes discriminatórias.

**Palavras-chave:** Concepções. Educação Infantil. Diferenças.

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2.BASES HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....</b>	<b>9</b>
<b>3.PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>15</b>
3.1.Seleção dos Participantes.....	16
3.2. Instrumentos e Procedimentos para a Coleta de Dados.....	17
3.3. Roteiro das entrevistas.....	17
<b>4.COTEJANDO OS DADOS COLETADOS.....</b>	<b>24</b>
<b>5.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>30</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>32</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Impulsionada por inquietações surgidas na graduação em Pedagogia, optei inicialmente desenvolver meu Trabalho de Conclusão de Curso abordando a discussão polêmica, mas necessária, da inclusão ou não, de alunos que apresentam necessidades educativas especiais na rede regular de ensino.

Diante de várias possibilidades de analisar os sentidos atribuídos às deficiências senti-me motivada a desenvolver esta pesquisa partindo do pressuposto da necessidade de se discutir e rever as concepções de Diferenças na Educação Infantil, a fim de discutir como a diversidade deve ser encarada, na medida em que tal fato se faz presente nas salas de aula.

Contudo, é importante frisar que este trabalho não parte da idéia que há apenas uma maneira de se trabalhar com as diferenças, mas refletir sobre a prática ao nos depararmos com elas. Porém, conhecer a realidade desses professores, diante dessa diversidade não é suficiente, fazendo-se necessário a reflexão sobre as dificuldades da inclusão, visto que esta não é apenas a permanência do aluno na escola/sala de aula, mas sim, requer toda uma adaptação pedagógico-física e, sobretudo, o rompimento de concepções que estigmatizam e reduzem o aluno à sua condição.

Assim, optei priorizar nesta pesquisa, a discussão sobre as concepções de “Diferença na Educação Infantil”, acreditando na possibilidade de que todos são aptos a conviverem num mesmo ambiente, fazendo-se necessário, no entanto, que mudanças efetivas de fato aconteçam e estas não se resumem somente na vontade do professor, mas abarcam um arsenal de modificações.

Para tal, como base centramos o olhar no projeto intitulado “Sou criança, sou cidadão” que tem como sub-tema as Diferenças no contexto escolar, de um Centro de Educação Infantil, localizado na região Leste da cidade de Londrina.

Para chegarmos a tal objetivo trilhamos por alguns caminhos que se referem à educação especial, sendo que esta teve seu auge no início do século XX, período em que foram criadas várias instituições destinadas a pessoas com necessidades especiais.

A partir deste momento a Educação Especial ganha uma infinidade de leis e passa a ganhar um maior reconhecimento.



No entanto, a década consagrada de tal modalidade de ensino é a de 70, período em que as escolas começam a propor a integração de pessoas com necessidades especiais no ensino regular, porém cabia somente a criança o seu “sucesso” escolar, uma vez que a ele era oferecida a possibilidade de inserção sem, no entanto grandes modificações, ou seja, sua adaptação deveria acontecer na estrutura já existente.

Entretanto este modelo de integração sofreu grandes críticas, sendo necessário a reestruturação de todo o sistema educacional, pois era dever da escola garantir a aprendizagem do aluno, independente de suas particularidades. Surgiu assim em meados da década de 80 um novo modelo, o da inclusão escolar, que tem como um dos pressupostos a reestruturação para atender a diversidade como condição humana.

A partir do resgate histórico, buscamos no percurso metodológico apresentar a instituição *lócus* desta pesquisa e o teor do Projeto ao qual nos debruçamos a fim de apreender as Concepções de Diferenças na Educação Infantil.

Por último, não menos importante, delineamos com autores que discutem tal temática algumas considerações tendo como norte a resposta dos entrevistados.

## 2. BASES HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Sabe-se que a Educação Especial vem sendo discutida já a um bom tempo, porém ganhou mais força no início do século XX com a criação das classes especiais nas escolas regulares para atender as crianças que não conseguiam alcançar os resultados esperados pela escola, e também, pela propagação cada vez maior de escolas especializadas.

Exemplo disso foi à criação da Sociedade Pestalozzi, fundada em 1926, que dentre as proposições oferecia ao atendimento dessas pessoas um consultório médico psicopedagógico.

Outro marco da Educação Especial está relacionado à criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) criada em 1954 que também integrou a área da saúde à educação.

Com a democratização do ensino surge pela primeira vez na década de 60, mais pontualmente na Lei de Diretrizes e Bases n.4024/61, a questão da Educação Especial estar vinculada à Educação Geral.

Neste período a Educação Especial foi apresentada separadamente, afirmando-se legalmente sua peculiaridade e prevendo atendimento aos alunos com deficiência física ou mental, em espaço especial dentro do ensino regular.

Nesta mesma década os movimentos sociais pelos direitos humanos se intensificaram, ocasionando uma maior conscientização sobre os malefícios da segregação. Nesta direção a integração escolar possuía como princípio a idéia:

[...] de que toda pessoa com deficiência teria o direito inalienável de experimentar um estilo ou padrão de vida que seria comum ou normal em sua cultura, e que a todos indistintamente deveriam ser fornecidas oportunidades iguais de participação em todas as mesmas atividades partilhadas por grupos de idades equivalentes. (MENDES, 2006, p. 389).

Um fator impulsionante para a integração foi à questão econômica, tendo em vista a necessidade de corte de gastos dos cofres públicos, uma vez que as verbas destinadas às instituições especializadas eram significativas.

Já na década de 70, que é considerada um marco na Educação Especial, esta ideologia ganha mais força, sendo este o momento em que a Constituição Brasileira trata pela primeira vez do direito da pessoa deficiente.

Contudo, vale ressaltar que as escolas regulares passam a aceitar a incorporação desses em classes comuns ou especiais, porém com um paradigma de serviços, onde esses deveriam ser preparados para adequar-se à sociedade/escola, ou seja, o sucesso dependeria única e exclusivamente do indivíduo. Assim a *passagem de alunos com necessidades educacionais especiais de um nível de serviço mais segregado para o outro, supostamente mais integrador, dependia unicamente dos progressos da criança.* (MENDES, 2006, p. 391).

Nesse sentido, não cabia à escola nem ao ensino, passar por adaptações, pois estes se quer se consideravam preparados para atender os ditos normais.

Nesse contexto de operacionalização da Educação Especial cria-se em 1973, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) vinculado ao MEC (Ministério da Educação) que possuía várias atribuições, valendo destacar que *por iniciativa do CENESP, foram implantados subsistemas de Educação Especial nas diversas redes públicas de ensino através da criação de escolas e classes especiais.* (GLAT e BLANCO, 2007, p. 20).

No entanto, em 1976 no Governo Sarney, o CENESP transformou-se em Secretaria da Educação Especial (SESP), tendo como proposição a criação de uma política de amparo à educação especial, visando efetivar a inserção destes indivíduos na sociedade.

No entanto, o SESP por ocasião do Governo Sarney, deixa de existir e tal espaço é transferido para a Secretaria Nacional de Ensino Básico (SENEB).

Vale destacar, que ainda se manteve a idéia meritocrática que se fundamentava basicamente na crença de que sendo oferecidas as condições, cabia ao indivíduo seu desempenho, mérito e produtividade, devendo para tanto adaptar-se à sociedade/escola; não cabendo a estas se modificarem.

Nesta direção, MENDES (2002, p.63) pontua que:

[...] só eram passíveis de integração escolar aqueles estudantes que conseguissem se adaptar à classe comum, portanto, sem modificações no sistema, sendo que aqueles que não conseguiam se adaptar ou acompanhar os demais alunos eram excluídos.

Seguindo este raciocínio estão GLAT e BLANCO (2007) que assinalam que o modelo/discurso de integração foi fortemente criticado por exigir uma preparação prévia dos alunos, onde o sucesso dependeria única e exclusivamente do indivíduo,

reforçando mais uma vez o discurso meritocrático que respaldava esta proposição, ou seja,

[...] o problema continuava centrado no aluno e no ensino especial, já que a escola regular caberia apenas educar aqueles com condições de acompanhar as atividades rotineiras, concebidas sem qualquer preocupação com as necessidades individuais. (BUENO *apud* GLAT, 2007. p. 22).

Aqui vale ressaltar, a necessidade de reestruturação do sistema educacional, incluindo desde o aspecto político até atuação profissional, uma vez que delegar somente ao indivíduo a responsabilidade não garante a igualdade de oportunidade.

Surge assim, em meados da década de 80, a idéia de educação inclusiva, porém, o auge se dá na década de 90, onde se passa a conceber a necessidade de modificações por parte da sociedade/escola para o convívio com a diversidade, prezando-se por um sistema único de ensino para atender todos os alunos independente de suas diferenças. Visto que, *para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada com base no entendimento de que é ela que precisa ser capaz de atender as necessidades de seus membros.* (RODRIGUES, 2006, p.167).

A educação inclusiva surge então, com o propósito de incluir no sistema regular, todos os alunos que estavam fora do sistema, ou seja, segregados.

Nesta mesma década, acontece a Conferência Mundial para Todos, que teve como objetivo a criação de metas para melhorar tanto o sistema regular de ensino, quanto discutir a problemática da exclusão, culminando assim, na Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

Após 1991 a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) inclui a Educação Especial nos 18% que a União deve designar à educação, bem como 25% nos Estados e municípios, ou seja, esta passa a receber parte do financiamento destinado à educação, uma vez que se torna parte integrante do ensino regular.

Em 1992 com a queda do Presidente Fernando Collor, a SESP (Secretaria de Educação Especial), volta a existir, retomando seu papel frente à Educação Especial, porém, mais uma vez com uma nova sigla: a saber, SEESP (Secretaria de Educação Especial).

Já em 1994 a educação inclusiva passa a ganhar maior destaque, sendo discutida em todo o país, tendo como norteadora da discussão a Declaração de Salamanca que foi produzida na Conferência Mundial sobre “Necessidades Educacionais Especiais”; que visava a garantir o direito de toda criança à educação, levando-se em consideração suas características particulares.

Nesse sentido, a educação inclusiva apresenta como princípio básica a necessidade de que:

[...] todos os alunos, independente de suas condições socioeconômicas, raciais, culturais ou de desenvolvimento, sejam acolhidos nas escolas regulares, as quais devem se adaptar para atender às suas necessidades, pois se constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, e, como consequência construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos. (UNESCO, 1994. In GLAT e BLANCO, 2007. p. 16).

A partir desta Declaração, começa-se a efetivar a inclusão em “quase” todo o país e esse quase se justifica pelo conhecimento de que em muitos espaços educacionais o que ainda ocorre é uma mera inserção física.

Para a implementação de tal proposição educacional foi criado em 1999 no governo FHC (Fernando Henrique Cardoso) o CONADE (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência) para acompanhar e avaliar a instauração de algumas políticas relacionadas à educação, saúde e assistência ao deficiente.

No entanto, a CORDE (Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoas Portadora de Deficiência) criada no governo Sarney, continuou responsável pela “política de integração”.

Segundo JANNUZZI (2004, p.168):

A CORDE vem publicando e divulgando diversas orientações para facilitar a integração, porém o considera de difícil realização. Já apontou além da falta de recursos, a desinformação da comunidade, o assistencialismo de muitas instituições e a negação da deficiência pelas famílias e outros motivos.

É certo que a palavra inclusão se tornou a palavra de ordem no final do século XX, passando a ser tratada como uma questão fundamental. MENDES

(2002), em seu texto *Perspectivas para a Construção da Escola Inclusiva no Brasil* discute dois dos modelos de educação inclusiva.

A “inclusão” e a “inclusão total”. A primeira concebe que a escola tem por papel auxiliar o aluno com necessidades educacionais especiais na aquisição de habilidades e conhecimentos, não deixando de lado os serviços especializados, uma vez que a inclusão não se dará de forma definitiva e completa, pois mesmo que haja uma mudança no sistema, nunca estará preparada para receber a todos.

Assim, MENDES (2002, p.65) nos fala:

Os inclusionistas consideram que o objetivo principal da escola é auxiliar o aluno a dominar habilidades e conhecimentos necessários à vida futura, tanto dentro quanto fora da escola [...] defendem a manutenção do *continuum* de serviços, que permite a colocação desde a classe comum até os serviços hospitalares [...] acreditam que a capacidade de mudança da classe comum é finita e, mesmo que uma reestruturação ocorra, a escola comum não será adequada a todas as crianças.

Já os “inclusionistas totais” vêem a escola não só como espaço de acolhimento dos mesmos, mas como um ambiente que favorecerá a todos, mudando a idéia que se tem desses alunos, bem como os preconceitos que os cercam; crendo que só a escola seria suficiente para atender a todos os indivíduos independentes das diferenças.

[...] os “inclusionistas totais” acreditam que as escolas são importantes pelas oportunidades que oferecem de fazer amizades, mudar o pensamento estereotipado sobre as incapacidades e fortalecer as habilidades de socialização [...] advogam pela colocação apenas na classe comum da escola regular e pregam, ainda, a necessidade de extinção do *continuum* [...] crêem na possibilidade de reinventar a escola a fim acomodar todas as dimensões da diversidade da espécie humana. (MENDES, 2002, p. 65).

Dessa forma não pode se negar que a Educação Especial é marcada por retrocessos, avanços e leis, dentre elas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº. 8.213/91 e 9.394/96 que garante ao aluno com necessidades especiais o acesso à escola regular, bem como um espaço no mercado de trabalho.

No entanto, a criação de tais leis não é suficiente para se romper com a exclusão, sendo necessário que haja uma mudança efetiva nos paradigmas sociais; devendo para tanto se pensar na criação de políticas que efetivamente prezem pelo

aumento do ingresso escolar de pessoas com necessidades especiais, e claro, uma maior participação do Estado no atendimento dessas pessoas.

Outro fator relevante, diz respeito à revisão das práticas e conceitos sobre a Educação Inclusiva, que muitas vezes estão provocando, contraditoriamente, a discriminação e a exclusão daqueles que possuem uma marca aparente e que buscam seu lugar como cidadão, sendo vistos na grande maioria das vezes, por olhares assistencialistas e práticas filantrópicas e/ou pelas recorrentes associações entre deficiência/ pobreza/doença.

Nesta direção, para que de fato se efetive a inclusão se faz urgente e necessário, segundo MENDES (2002, p.71), *construir um modelo de educação que respeite nossas bases históricas, legais, filosóficas e políticas no tocante às pessoas com necessidades educativas especiais*, pois tanto o discurso da integração, marca da década de 70, quanto o da inclusão escolar devem considerar o que a autora supracitada (2002, p.68) assinala:

Pensar a educação inclusiva no contexto atual é compreender que esse discurso se amplia na mesma velocidade em que aumenta a exclusão social, e os seus valores e as práticas que alicerçarão uma sociedade, uma educação ou uma escola verdadeiramente inclusiva estão por se constituir na prática.

## PERCURSO METODOLÓGICO

Após levantamento bibliográfico sobre a história da Educação Especial no Brasil e leitura atenta de autores contemporâneos da área, buscamos entrelaçar o conhecimento já produzido na área com os dados coletados para esta pesquisa, com o intuito de apreender as concepções sobre as diferenças na Educação Infantil.

Para tal, tivemos como *lócus* da pesquisa um Centro de Educação Infantil situado na região Leste da cidade de Londrina, localizada no Paraná. Este Centro é mantido pelo Estado e constitui-se em uma associação de pais que auxilia com recursos materiais as necessidades da instituição.

Atende atualmente, cerca de 96 crianças de 4 meses a 6 anos de idade em período integral. Seu quadro de funcionários é composto por 32 pessoas, sendo 14 educadoras, 1 educador, 1 pedagoga, 1 nutricionista, 2 cozinheiras e 2 auxiliares, 1 lavadeira, 2 enfermeiras, 2 auxiliares administrativos, 3 serventes, 1 encarregada de seção e 2 guardas (1 diurno e 1 noturno).

Sua estrutura física conta com aproximadamente 1.165,7 m<sup>2</sup> de área construída, sendo que sua área externa é composta por 1 playground com área gramada, um pátio coberto ligado ao prédio. A sua área interna é composta por setor administrativo com hall de entrada, coordenação, almoxarifado, banheiro masculino e um feminino, enfermaria, sala da pedagogia, anfiteatro, sala de nutrição, refeitório dos funcionários, banheiros para funcionários (masculino e feminino) e 5 salas. Todas possuem armários para mochilas, solário próprio, almoxarifado e banheiros externos, sendo que as salas de educação infantil II e III são equipadas com banheiros internos e a sala de educação infantil I conta com sala de estimulação e solário particular; tendo ainda 1 brinquedoteca, refeitório, lavanderia, lactário, cozinha, e banheiro.

A principal marca pedagógica da instituição é o trabalho com Projetos, uma vez que considera este como enriquecedor da proposta curricular. Para esta pesquisa nós elegemos como material a ser analisado, o Projeto intitulado *Sou criança, sou cidadão*, por apresentar como enfoque no ano de 2008 a discussão acerca das Diferenças na escola.

Tal projeto teve como objetivos:

- Desenvolver atitudes de solidariedade e respeito ao ser humano que vive nas mais diferentes realidades;



- Trabalhar as características individuais, sensibilizando para o respeito às Diferenças e limites dos outros;
- Incentivar a formação do senso crítico quanto aos seus direitos e deveres e do outro;

Para tal, foram traçadas algumas estratégias:

- Arrecadação de livros infantis para doação a uma biblioteca, CEI ou outra instituição a ser escolhida;
- Elaboração de livro de histórias sobre as necessidades especiais (coletivo ou individual);
- Pesquisa sobre a existência de parente ou conhecido da família com alguma necessidade especial;
- Visita do contador de história “Tião Balalão, Cabeça de Melão”, portador de deficiência visual para relato de vivência;
- Visita de portador de deficiência física para relato de experiência;
- Visita ao Ilce, APAE ou APS Down;
- Visita a uma instituição para a entrega dos materiais arrecadados;

A partir disto, seguimos para nossa pesquisa de campo objetivando escutar e analisar o que os educadores dizem a respeito do Projeto e conseqüentemente sobre as diferenças no espaço da educação infantil.

## **SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES**

Para compreendermos um pouco mais sobre as concepções que os educadores de Educação Infantil têm acerca das diferenças, escolhemos de forma aleatória 4 educadoras do Centro de Educação Infantil acima citado, que desenvolvem seu trabalho nos seguintes níveis: nível 3, 4, 5 e 6 e a Pedagoga responsável pelo Centro de Educação Infantil.

## **INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS**

Num primeiro momento tivemos acesso ao folder do Projeto intitulado “Sou criança, sou cidadão”, que nos possibilitou conhecer os objetivos e estratégias utilizadas para discutir no ano de 2008, a temática “Diferenças” no contexto escolar.

Num segundo momento, tivemos uma conversa informal com a pedagoga e a coordenadora para pedir autorização para a realização da pesquisa, resultando assim na visita da orientadora (UEL) até o Centro de Educação Infantil para fechar o pedido de autorização, ocasionando posteriormente uma palestra proferida pela mesma sobre a *Inclusão como tema contemporâneo*.

Em seguida, entramos em contato com cada educadora; apresentamos nossa proposta e convidamos a partir de sua disponibilidade contribuir com seu entendimento a cerca da temática “Diferenças” no contexto escolar.

A partir do aceite realizamos entrevistas semi-estruturadas, nas quais foram feitas 5 perguntas à Pedagoga e 6 às educadoras. As entrevistas foram gravadas e transcritas com o consentimento das mesmas, a fim de não perdermos a fidedignidade dos depoimentos. Por questões éticas não revelaremos o nome das participantes.

Por fim, agendamos uma conversa formal com a coordenadora da instituição para esclarecer algumas dúvidas em relação ao projeto e seus encaminhamentos.

Nesta direção elaboramos um roteiro com perguntas que foram elencadas da seguinte forma:

### **ROTEIRO DAS ENTREVISTAS**

- 1)Qual a sua formação?
- 2)Você já atuou em espaços escolares especializados ou em sala regular que tivesse alunos com deficiência? Se sim, Qual o espaço?
- 3)Como foi para você trabalhar com as crianças o tema Diferenças?
- 4)Quais as dificuldades encontradas? E como foi para você em termos pedagógicos esta experiência?
- 5)Como foi a visita das crianças da APAE nesta instituição?
- 6)Das estratégias apontadas no Projeto houve a entrega dos materiais arrecadados a uma instituição. Como você percebe esta ação?

7) Como surgiu a idéia de se trabalhar o tema diferenças no contexto da Educação Infantil?

8) Quais dificuldades encontradas na implementação do Projeto?

Vale ressaltar que das oito perguntas feitas na entrevista as de número 1, 2 e 6 foram feitas a todos os sujeitos da pesquisa. Já as de número 3, 4 e 5 não foram feitas à Pedagoga, pois diziam respeito à atuação dos professores. As questões 7 e 8 foram respondidas somente pela Pedagoga da escola, uma vez que diziam respeito ao surgimento e implementação do Projeto.

A partir das perguntas (Roteiro) feitas às educadoras envolvidas no Projeto e a Pedagoga, articulamos suas respostas a alguns teóricos que desenvolvem trabalhos na área da Educação Especial, visando desenvolver a análise do material coletado.

Dos cinco sujeitos da pesquisa, ressaltamos com relação à formação dos mesmos, que todos possuem Pedagogia, diferindo apenas nas habilitações e especializações.

Destes um possui Habilitação em Educação Infantil, outro tem em sua formação inicial o Magistério, outro Especialização em Psicopedagogia e por último a Pedagoga é especialista em Metodologia da Ação Docente e Mestre em Educação Escolar.

Em relação à atuação, perguntamos aos sujeitos da pesquisa se já haviam tido alguma experiência e em qual espaço escolar haviam atuado e pudemos apreender que um deles já havia trabalhado em uma classe especial de uma escola particular; outro em uma sala regular também de uma escola particular que tinha uma aluna especial; outro em uma escola pública, em uma sala regular que tinha casos de alunos especiais e os dois outros sujeitos nunca tiveram contato direto com tal área; porém, afirmam já terem trabalhado em escolas públicas que possuíam classes especiais com professores especializados.

Tal fato aponta para uma idéia recorrente na discussão com relação à formação, a saber: que para atuar com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais necessita-se de uma formação especializada.

A esse respeito podemos citar BUENO em seu texto intitulado "*Crianças com Necessidades Especiais, Política Educacional e Formação de Professores: Generalistas ou Especialistas?*" Que afirma que tanto o professor do ensino regular,

chamado de generalista, quanto o professor especialista precisam receber formação adequada para atuar com crianças com necessidades educativas especiais, bem como com os ditos normais, uma vez que:

[...] os professores do ensino regular não possuem preparo mínimo para trabalhar com crianças que apresentem deficiências evidentes e, por outro, grande parte dos professores do ensino especial tem muito pouco a contribuir com o trabalho pedagógico desenvolvido no ensino regular. Isso se dá por esses professores terem calcado e construído sua competência nas dificuldades específicas do alunado por eles atendido [...]. (BUENO, 1999, p.13).

Dessa forma pode-se dizer que para se ter um ensino de qualidade para tais crianças é preciso ter dois tipos de formação profissional, a:

Dos professores do ensino regular com vistas a um mínimo de formação, já que a expectativa é da inclusão dos alunos com “necessidades educativas especiais” e dos professores especializados nas diferentes “necessidades educativas especiais”, seja para atendimento direto a essa população, seja para apoio ao trabalho realizado por professores de classes regulares que integram esses alunos. (BUENO, 1999, p14).

Nesta perspectiva deve-se pensar a integração do ensino especial ao ensino regular, rompendo-se com a idéia de que a educação inclusiva diz respeito à educação especial e a alunos que apresentam algum tipo de deficiência.

Para tal, o especialista deve expandir seus conceitos e valores, tendo assim uma formação básica. No entanto o professor do ensino regular deve adquirir algum tipo de especialização, uma vez que as diferenças se fazem presentes no contexto escolar e não podem ser ignoradas, já que para se ter uma escola efetivamente inclusiva, é imprescindível que haja integração entre ambos profissionais, pois segundo GLAT (2007) só o diálogo entre especialistas e generalistas fará com que a escola construa as melhores respostas educativas para todos os seus alunos.

Outro dado percebido diz respeito à presença de dois espaços de atendimento: o público e o privado. Como podemos perceber no Cap. I o atendimento a estas pessoas ao longo da história da Educação Especial no Brasil foi marcada pelas instituições especiais (privadas) e espaços públicos, a saber: classes especiais.

Como exemplo de instituições especiais podemos citar a criação das APAEs em 1954 e das Pestalozzi em 1926 como espaços de atendimento privado e no atendimento público, podemos assinalar o número significativo de classes especiais ofertadas na década de 1970, ano reconhecido pela organicidade da Educação Especial no Brasil.

Outra pergunta feita aos participantes da pesquisa diz respeito mais propriamente à temática das *Diferenças na Escola* do Projeto intitulado *Sou criança, sou cidadão* desenvolvido no C.E. I e como foi para eles trabalhar esse tema.

Todos os professores envolvidos na pesquisa acreditam que o tema *Diferenças* foi muito relevante, pois possibilitou a discussão sobre o preconceito, a discriminação; além de criar espaço para a propagação de valores como a solidariedade entre as crianças.

Outro aspecto diz respeito ao fato desses professores atrelarem a discussão das *Diferenças* à deficiência, sendo que apenas um relacionou a essa discussão a outros grupos, a saber: o dos negros e pessoas idosas.

Aqui vale ressaltar que o debate contemporâneo sobre a educação inclusiva, não diz respeito somente a questões relacionadas a pessoas que apresentam deficiências, mas a todos os grupos considerados minoritários. A exemplo podemos citar a Declaração de Salamanca de 1994:

Todas as escolas devem acomodar as crianças independente de suas condições físicas, intelectuais, emocionais, lingüísticas e outras devem incluir crianças diferentes e superdotadas, crianças de rua que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizados.

Percebemos ainda que embora a temáticas “Diferenças” tenha sido trabalhada entre as crianças com a intenção de desconstruir rótulos e desmestificar estigmas, algumas concepções preconceituosas foram percebidas, como a fala de um dos professores, que ao dizer sobre a percepção das crianças que estudam no C.E. I sobre as deficiências traz em sua entrevista a negação da deficiência.

Tal fato pode ser notado na reprodução: *Eles falavam que as crianças eram iguais, que gostavam de brincar, pois trabalhávamos o tempo todo que **apesar**<sup>1</sup> (grifo meu) de serem diferentes, eram crianças do mesmo jeito.*

Aqui vale lembrar a discussão feita por AMARAL (1995, pp.116-7) a respeito da concretização da negação por pensamento, palavras e/ou atos.

Em se tratando das dificuldades encontradas, um afirmou que a maior dificuldade esteve em encontrar materiais pedagógicos adequados para trabalhar tal tema e com a faixa etária própria da Educação Infantil; outro já relata pouca dificuldade, uma vez que já havia tido contato com a disciplina de Educação Especial em sua formação, além de considerar a instituição de ensino bem equipada em termos de recursos; já os outros dois professores acreditam que não possuem conhecimento suficiente para desenvolver a temática *Diferenças na Escola*, alegando à dificuldade a falta de suporte na formação, o que acaba criando segundo eles, obstáculos para a atuação; além de sinalizarem a necessidade de maior empenho por parte dos envolvidos.

Já em relação a parte pedagógica envolvida nesta experiência, alguns relataram a necessidade da presença de um especialista da área antes de irem a campo, corroborando com a idéia recorrente já apontada no corpo deste trabalho, da discussão de formação de especialistas para atuar com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

Outro aponta que a dificuldade em se trabalhar este tema acabou por propiciar uma experiência pedagógica que impulsionou a pesquisa, para poder trabalhar em uma linguagem acessível às crianças.

Nas estratégias apontadas no projeto houve a preposição de visita às instituições especializadas, tais quais, Ilce, APAE ou APS Down, sendo que a APAE foi à escolhida. No entanto ocorreu uma mudança e ao invés das crianças do CEI irem a tal instituição, elas foram até o CEI.

Partindo desta visita questionamos como foi o encontro das crianças da APAE ao CEI.

Um dos sujeitos diz ter sido muito importante, pois as crianças passaram a ver as pessoas com necessidades especiais com grande carinho e respeito, além disso, ficaram muito curiosas. Outro diz ter gostado, uma vez que já havia preparado

---

<sup>1</sup> Para saber mais a respeito consultar AMARAL, L. A. na produção *Conhecendo a deficiência (em companhia de Hércules)*. 1995

as crianças para receberem tais pessoas, incentivando-os a observá-los, porém afirma que as crianças que foram até o CEI não aparentavam ser da APAE, pois possuíam “poucas necessidades especiais”. Já o outro sujeito diz que a visita dessas crianças serviu para romper-se com a idéia de que o deficiente é um “coitadinho”, pois mostraram ter capacidade de ter uma vida normal e desenvolver sua criatividade. O último sujeito diz que tal visita possibilitou um maior contato com essas crianças que apresentam necessidades especiais, sendo que em nenhum momento as crianças do CEI se espantaram com o “estilo” das mesmas.

Aqui podemos perceber a concepção que os professores fazem de deficiente, acreditando que somente os que possuem uma marca aparente freqüentem instituições especializadas, atrelando mais uma vez diferenças a deficiência, além do fato de marcarem novamente o preconceito, quando se referem a tais crianças como o *estilo* das mesmas.

O Projeto apontava ainda a entrega de livros arrecadados a uma instituição. Assim perguntamos como percebiam tal ação. Um dos sujeitos pesquisados diz que esta foi à melhor escolha que a escola poderia ter feito, uma vez que o livro é um instrumento de saber e divertimento, onde as crianças compreenderam que não é por que essas pessoas possuem deficiência que não se interessam por livros infantis. Outro afirma ser fundamental desenvolver na criança a preocupação com os outros, além disso, é importante para eles, terem contato com toda expressão de literatura. Dois dos sujeitos afirmam que essa iniciativa possibilitou desenvolver na criança valores como amor, respeito e ajuda ao próximo, bem como a solidariedade e a cidadania.

Podemos perceber aqui, vestígios de uma concepção marcadamente filantrópica, uma vez que, um dos principais objetivos de tal ação foi desenvolver nas crianças valores e atitudes como amor, respeito e solidariedade ao próximo, neste caso, aqueles considerados diferentes, fazendo com que assimilassem que embora fossem diferentes se interessavam por livros infantis.

Para melhor compreendermos tal Projeto perguntamos como surgiu a idéia de se trabalhar o tema Diferenças no contexto da Educação Infantil.

Segundo a Pedagoga o Projeto “Sou criança, sou cidadão” é um projeto anual e que a cada ano vem com um enfoque diferente, e pelo fato de já terem tido casos de “crianças especiais” no CEI, resolveram dar maior foco a tal questão a fim de possibilitar que as crianças tivessem condições de perceber e serem “carinhosos”

e “solidários” com essas pessoas, interessando-se por todos independentes das diferenças.

Partindo de tal idéia questionamos quais as dificuldades encontradas na implementação do Projeto.

A mesma diz que o Projeto teve algumas questões que deveriam ser melhor trabalhadas, como em qualquer outro projeto, mas afirma não ter tido muitas dificuldades e que apenas o fator tempo influenciou, uma vez que muitas outras atividades aconteceram simultaneamente.

Nesta direção, o que apreendemos até aqui, foi um movimento por parte da instituição em querer discutir com as crianças e propiciar aos professores uma reflexão coletiva acerca do sub tema “Diferenças”.

No entanto vale ressaltar que a este trabalho interessa analisar algumas concepções recorrentes com relação à discussão da deficiência e, sobretudo a urgência de se romper com o processo de estigmatização que reduz o aluno com alguma deficiência a esta condição.

Para tal analisaremos no 3º e último capítulo alguns pontos que devem ser revisitados.



## COTEJANDO OS DADOS COLETADOS

Para melhor compreendermos as concepções de Diferenças na Educação Infantil, resgataremos algumas idéias que se fez presente no capítulo anterior.

Um fato muito marcante esta na negação da deficiência por palavras e/ ou atitudes, aspecto este discutido por AMARAL (1998) em seu texto intitulado *Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação* onde afirma que existem três formas de se concretizar a negação, sendo estas, a *atenuação* que é a negação da condição ou características, expressa em frases como: *não é tão grave assim*; a *simulação* que diz respeito à negação total da diferença, ou seja, quando utilizamos frases como: *é cego, mas é como se não fosse*; e por fim a *compensação* que se refere ao ato de compensar determinadas características ou condições, por um atributo desejável. A exemplo podemos citar a reprodução da fala de um dos professores, que ao relatar a percepção das crianças que estudam no C.E. I sobre as deficiências, afirma que *Eles falavam que as crianças eram iguais, que gostavam de brincar, pois trabalhávamos o tempo todo que apesar de serem diferentes, eram crianças do mesmo jeito*. Assim pode se dizer que *estamos compensando aquela característica ou condição que consideramos espúria e, portanto, negando-a ao contrapô-la a um atributo desejável \_o “mas” denuncia esse movimento”* (AMARAL, p. 20).

Neste caso o “apesar” mostra esse movimento de compensar determinadas características, por atributos que mais lhe agradem, demonstrando de maneira sutil, suas concepções acerca da deficiência.

Outro aspecto diz respeito à maneira como se vê o deficiente, como um objeto a ser observado, ou seja, algo ou alguém que produz curiosidade, fazendo assim com que o deficiente se torne um espetáculo. Tal fato pode ser percebido ao questionarmos sobre uma das estratégias apontado no projeto, que era a visita às instituições especializadas, tendo sido a APAE a escolhida.

Neste momento um dos sujeitos da pesquisa diz ter “preparado” os alunos para receberem as crianças da APAE, incentivando-as a observá-los como se fossem um objeto da ciência. Aspecto este que pode ser percebido em uma fala que reafirma a idéia de que *as crianças ficaram atentas e observando as que tinham dificuldades*, tendo sido previamente preparadas para tal iniciativa, ou seja, foram

orientadas a observar, aqueles que possuíam necessidades especiais, especificamente as deficiências.

Neste ponto vale questionar que se o principal objetivo era “tornar” o deficiente o mais “normal” possível, romperam com tal idéia no momento em que frisaram as limitações de tais crianças, pois ao serem observados, tiveram suas particularidades sobressaídas à suas capacidades.

A esse respeito MOURA (2007) retrata em seu texto intitulado “*As deficiências entre a mística, a ciência e a educação as diferentes concepções de deficiência*”, relatando que durante muito tempo estas foram vistas como uma imagem maligna, como consequência de pecados humanos, ou seja, um castigo de Deus, onde:

[...] o diferente é considerado divino, uma pessoa com poderes especiais, o cego sábio, o adivinho, ou então, o pecador castigado por Deus, não merecedor de partilhar dos ambientes sociais como os demais membros do grupo (GLAT, 2007. p. 117).

No entanto essa visão foi sendo modificada na medida em que a ciência médica passou a considerar a deficiência como uma condição orgânica, ou seja, biológica e não mais sobrenatural. Dessa forma pode-se dizer que *na esteira dessa mudança, uma preocupação com a forma de cuidar e educar as pessoas deficientes intensifica-se e assim, a ciência e a educação passam a ocupar-se da deficiência, a torná-la como objeto (MOURA 2007. p.15).*

Porém, essas mudanças não representaram efetivamente uma evolução nas concepções de deficiência, pois como podemos ver o deficiente ainda é visto como um espetáculo, ou seja, possível de ser assistido, observado e manipulado, precisando ainda de uma preparação prévia para serem vistos e conseqüentemente observados.

Dessa forma é preciso parar e pensar se não estamos resgatando algumas idéias antigas, pois a todo o momento nos deparamos com concepções que se faziam presentes há tempos atrás, acreditando que para se trabalhar com o deficiente é preciso ter uma espécie de “dom”, e muitas vezes passamos a ver este como resultado divino. Assim:

[...] embora mudanças tenham realmente ocorrido, não se trata de um curso progressivo, nem de substituição efetiva de uma noção por

outra. Nosso cotidiano, hoje, contém exemplos nítidos de uma multiplicidade de significações que recordam (mesmo que não reproduzam) as respostas sociais que marcaram outras épocas. (MOURA, 2007. p.15).

A esse respeito o que podemos afirmar é que ao incentivarem as crianças a observarem aqueles considerados diferentes, impede-se que estas descubram o significado efetivo da diferença, apenas vendo aquilo que lhe é proposto, pois:

Cada vez que ensinamos prematuramente a uma criança alguma coisa que poderia ter descoberto por si mesma, esta criança foi impedida de inventar e, conseqüentemente, de entender completamente. (PIAGET apud MARQUES, 2001. p. 73).

Um outro fato muito relevante está na estratégia adotada pela instituição em arrecadar e doar livros a instituições envolvidas em tal área, resgatando assim alguns ideais filantrópicos, visto que a palavra filantropia é derivada do grego e segundo o dicionário Aurélio significa *Amor à humanidade e Caridade*.

A proposta tinha por objetivo desenvolver nas crianças tais princípios, ou seja, o amor ao próximo e a caridade aqueles que mais necessitam e neste caso são os que possuem necessidades especiais. Esta prática acaba por disseminar a imagem do deficiente como um “coitadinho” que necessita da boa vontade do outro, atrelando assim deficiência à pobreza, uma vez que estes eram os que não possuíam condições de comprar tais materiais, embora gostassem.

Tal fato foi afirmado por um dos sujeitos da pesquisa, dizendo que *não é porque essas crianças têm deficiência que não gostam de ler, que não gostam de livro e de histórias infantis*.

Outra fala que traz no bojo tal idéia diz respeito à relevância do projeto, uma vez que um dos sujeitos acredita que *este foi um tema muito pertinente e bom pra [...] estar tratando os valores e resgatando a solidariedade e a ajuda ao próximo*. Afirmando ainda que *tal iniciativa possibilitou desenvolver na criança a idéia de que deve repartir, compartilhar [...] doar e amar ao próximo*.

Outro dado percebido na pesquisa diz respeito ao atrelamento das diferenças apenas à deficiência, sendo visível tal afirmação, na medida em que, de todos os entrevistados somente um pontuou e ampliou a discussão para outros grupos minoritários. Se esquecendo que esta modalidade de ensino esta relacionado a todos os grupos minoritários, incluindo negros, idosos, nômades,

crianças de rua, entre outros. A exemplo podemos citar a Declaração de Salamanca que foi produzida em 1994 na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e qualidade, que pregava a educação para todos independente das etnias, camadas sociais ou comportamentos divergentes, além de problemas físicos, neurológicos, entre outros.

Dessa forma é necessária que ocorra a descaracterização das [...] *necessidades especiais como exclusividade “para deficientes” e passa-se a entendê-las como algo que todo o aluno, em maior ou menor grau, ocasional ou permanentemente, pode vir a demandar (DOCUMENTO SUBSIDIÁRIO À POLITICA DE INCLUSÃO, 2005. p 20).*

Já que todo e qualquer aluno independente de seus aspectos biológicos podem possuir algum tipo de necessidades especiais, pois segundo GLAT (2007) fatores pedagógico, psicológico, orgânico, psico-afetivo, psico-cognitivo e social podem influenciar no individuo, devendo este ter atendimento especial, embora isto não se refira a atendimento diferenciado e sim adaptado. Porém o que temos percebido é que [...] *a escola vem se organizando em torno da homogeneidade dos sujeitos e da universalização de saberes, desconsiderando as diferenças de classe, etnia, gênero e cultura [...]. (SANTOS E PAULINO, 2006. p. 111).*

Durante todo o Projeto foi possível perceber a intenção dos sujeitos e em geral da instituição em se romper com a idéia do deficiente como “coitadinho”, tentando mostrar que este é tão capaz como qualquer outra criança dita normal. Tal fato pode ser percebido na reprodução de uma frase dita por um dos sujeitos da pesquisa: *Hoje em dia as pessoas têm idéia do deficiente como coitadinho, aquele que não faz nada, aquele tem dificuldade, mas as crianças da APAE vieram aqui, cantaram, tocaram instrumentos, passando uma boa impressão, de que eles são deficientes sim, mas nada os impede de ter uma vida normal e desenvolver sua criatividade.*

No entanto, o que podemos ver com esta afirmação é exatamente a manutenção da idéia de “coitadinho”, pois a todo o momento são frisados a solidariedade e o amor, tendo sido apontado pela própria Pedagoga da instituição a intenção primeira de desenvolver o Projeto Diferenças no espaço escolar para propiciar as *crianças [...] condições de perceber e serem carinhosos e solidários com essas pessoas.*

Ao serem questionados sobre a visita das crianças da APAE, um dos sujeitos afirma que essas *tinham poucas necessidades especiais e que não aparentavam serem crianças da APAE*, acreditando assim que somente os que possuem uma marca aparente estariam em instituições especializadas, relacionando diferenças apenas à deficiência, além de atribuir a eles determinados rótulos numa postura estigmatizante, onde pessoas e grupos são vistos por *uma dada característica, ou atributo, de valência negativa*. (AMARAL, 1995. p 121).

Estabelecendo assim determinados estereótipos que se refere a um julgamento qualitativo, ou negativo baseado no preconceito e na experiência pessoal, sendo que o sujeito passa a ser interpretado por tal atributo.

No entanto é preciso se ter claro que tais atributos e rótulos não são estáticos, ou seja, estes são interpretados de acordo com o contexto social, pois:

Não é algum atributo ou comportamento que tem inerente nele esse caráter algo especial. Depende de como esse atributo ou comportamento é interpretado pelo grupo social. Em função dessa interpretação é que um atributo ou comportamento adquire o sentido desvio ou deficiência. (OMOTE *apud* MARQUES, 2001. P 47).

Embora haja um processo de idas e vindas é possível se perceber que grande parte dos sujeitos envolvidos na pesquisa, acreditam que a educação infantil é um espaço fundamental para tratar tal tema considerado pela maioria como relevante. Fato este que pode ser percebido em frases como: *As crianças entendem melhor as diferenças [...] A deficiência visual, auditiva pra eles não causa aquele impacto, que causa nas crianças maiores.*

*[...] as crianças têm menos preconceito que os adultos, eles entendem mais e conseguem conviver bem melhor com as diferenças.*

Assim, pode-se afirmar que a educação infantil é sim um grande espaço não só para a inclusão de crianças com necessidades especiais, mas acima de tudo, um local onde a diversidade, seja ela de caráter biológico, racial, de gênero ou social se faz presente e deve ser encarada de maneira efetiva e significativa, pois:

[...] as reações de crianças pequenas à presença de pessoas com dificuldades é diferente das respostas dos adultos, e [...] esse é um dos motivos pelos quais a primeira infância parece ser a mais oportuna para começar a quebrar as barreiras sociais e a discriminação. (MENDES. p.3).

Corroborando com a autora supracitada, consideramos que o espaço da educação infantil, em especial as creches, por ser a primeira experiência que a criança tem fora da família, deve primar pelo cuidado em tratar de tais questões.

Vale considerar o papel fundamental do professor neste processo, que deve estar atento tanto ao comportamento de seus alunos, pois é nesta fase que podemos de certa forma “reverter” atitudes que poderão resultar em um indivíduo despreparado para lidar com as diferenças, quanto estar atento também à sua forma de conceber tal discussão.

No entanto, vale ressaltar que respeitar as diferenças não significa tornar o diferente um ser incapaz, que necessita do auxílio dos demais a todo o momento, confundindo colaboração com piedade e sim considerar suas limitações e perceber que as diferenças estão presentes em todos os contextos seja ele escolar, social ou familiar, sendo que *o papel ativo dos professores é um dos elementos principais para que o processo de inclusão em educação realmente ocorra. (SANTOS E PAULINO, 2006, p. 60).*

Nesta direção, sem a pretensão de esgotar o assunto, convidamos a todos os que lidam direta ou indiretamente com estas pessoas e temáticas, o exercício consciente de reconhecimento das diferenças em todos os espaços sociais e mais especificamente no âmbito da educação infantil, tendo em vista que a:

Inclusão NÃO trata apenas de colocar uma criança deficiente em uma sala de aula ou em uma escola. Esta é apenas a menor peça do quebra-cabeça. Inclusão trata, sim, de como nós lidamos com a diversidade, como lidamos com a diferença, como lidamos (ou como evitamos lidar) com a nossa moralidade. (...) Inclusão não quer absolutamente dizer que somos todos iguais. Inclusão celebra, sim, a nossa diversidade e diferenças com respeito e gratidão. Quanto maior a nossa diversidade, mais rica a nossa capacidade de criar novas formas de ver o mundo. (...) Inclusão é reconstruir nossos corações e nos dar as ferramentas que permitam a sobrevivência da humanidade como uma família global. (FOREST E PEARPOINT apud MARQUES, 2001. p. 55).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como fio condutor, o questionamento sobre as concepções de Diferenças no contexto da Educação Infantil, visto que não há uma única maneira de olhar nem para as crianças, nem para a questão da deficiência, ou seja, não há uma única concepção de diferença, pois o discurso da inclusão, mesmo dentro da Educação Especial possui variações.

Dessa forma partimos da proposição que ao se trabalhar com as diferenças, é necessário levar em consideração que cada contexto exige uma determinada prática. No entanto as diferenças devem ser pensadas e discutidas, pois a diversidade é algo que se faz cada vez mais presente nas salas de aulas.

Assim o que pudemos apreender durante todo o percurso da pesquisa é a necessidade de se romper com a idéia de que para atuar com crianças que apresentam necessidades especiais é necessário ter uma especialização em tal área, pois todos devem estar aptos a lidar com as diferenças, e reconhecer que estas vão além das deficiências, ou seja, vão além do que é visível, uma vez que a educação inclusiva se refere a todos os grupos minoritários e não somente os que possuem uma marca aparente.

Além disso, há ainda muito para ser pensado e discutido até que possa se “entender” efetivamente as concepções de Diferenças e por conseqüência de inclusão; já que inclusão não se refere apenas à inserção do Diferente no ensino regular, em especial na Educação Infantil, mas sim reconhecer os limites e capacidades de todos aqueles que apresentam Necessidades Especiais.

Para tal, os professores devem refletir sobre suas concepções, concepções estas muitas vezes pautadas por expressões equivocadas e olhares preconceituosos, que confundem ou reduzem a diferença a deficiência, pautando suas práticas em formas piedosas ou no resgate de ideais filantrópicos.

No entanto este trabalho tem como intenção contribuir no sentido de propiciar aos professores a importância deles no processo de inclusão, pois a partir do momento em que “modificarem” a forma de ver e lidar com as diferenças ,estaremos realmente incluindo e não apenas cumprindo um dever para com a sociedade, embora esta não se resuma à vontade do professor, pois faz se necessário que mudanças efetivas aconteçam, em todos os aspectos e níveis, desde a parte pedagógica, reestruturação física até a as políticas públicas.

Assim podemos considerar que as Diferenças existem, e devem ser encaradas não de maneira assistencialista e preconceituosa, como se estivessem prestando algum bem social, por não dizer moral, mas romper com concepções que reduzem o aluno à sua condição, onde o que predomina não são suas habilidades e potencialidades e sim seus limites ou faltas, ou melhor, dizendo sua Diferença.

Nesta direção é fundamental que ocorra um processo de mudança em todo o sistema, ou seja, uma ruptura do modelo antigo de escola, onde somente os que possuíam determinadas “capacidades” que a escola julgava essencial poderiam freqüentar o ensino regular, modelo caracterizado pela integração escolar. E que o “despreparo” dos professores, não se torne justificativa para negarem à inclusão e conseqüentemente as diferenças, criando assim a possibilidade da construção de uma escola que reconhece as diferenças.

No entanto, não podemos negar que a instituição *lócus* deste estudo teve sim, uma iniciativa válida, pois levou as crianças a refletirem e reconhecerem que as diferenças existem não só nas instituições especiais como também no espaço escolar que freqüentam.

Esperamos assim com este trabalho contribuir não só para a discussão específica das diferenças na Educação Infantil, mas que este possibilite novos estudos, outros olhares.



## REFERÊNCIAS

BUENO, J. G S. Crianças com necessidades especiais, política educacional e formação de professores: generalistas ou especialistas? In: Revista Brasileira de Educação Especial, v.3, n.5, set. 1999.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, Rosana (organização). Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar, Rio de Janeiro: 7 letras, 2007).

JANNUZZI, Gilberta de Martino, A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores associados, 2004.

MENDES, Enicéia Gonçalves, Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil. In: PALHARES, Marina Silveira; MARINS, Simone Cristina Fanhani (organização). Escola inclusiva, São Carlos: EduFScar, 2002.

RODRIGUES, David (org). Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: sammus, 2006.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. *Necessidades Educativas Especiais – NEE* In: Conferência Mundial sobre NEE: Acesso em: Qualidade – UNESCO. Salamanca/Espanha: UNESCO 1994.

PAULON, Simone Mainieri, FREITAS, Lia Beatriz de Lucca, PINHO, Gerson Smiech. Documento subsidiário à política de inclusão, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

MOURA, Simone Moreira. As deficiências entre a mística, a ciência e a educação. In: Deficiências e as novas tecnologias. Tese de doutorado. Piracicaba. UNIMEP, 2007.

AMARAL, Lígia Assumpção. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, Julio Groppa, Diferenças e preconceitos na escola. São Paulo: SUMMUS, 1998.

Amaral, L. A. Conhecendo a deficiência (em companhia de Hércules). São Paulo, Robe Editorial, 1995.

PAULINO, Marcos. SANTOS, M. P. (Orgs.). Inclusão em Educação: Culturas, Políticas e Práticas. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2006. v.1. 168 p.

MARQUES, Luciana Pacheco. O professor de alunos com deficiência mental: concepções e prática pedagógica. UFJF, 2001. 206 p.

Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 58, inciso 1.

Lei nº. 8.213 de 24 de julho de 1991, art. 89, parágrafo único.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão: é possível começar pelas creches?. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT15-1921--Int.pdf>. acesso em: 10 de Julho de 2009.